

[45196] OBSERVATÓRIO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA O INFANTOJUVENIL: focando o serviço de convivência e as microrredes remotamente

Autora: Giovana de Souza Pozzi;

Autora: Eliana Ribeiro de Freitas

Coautor: Matheus Bertolo Damasceno

Coordenadora da Atividade de Extensão: Laura Souza Fonseca

O Grupo Trabalho e Formação Humana se organiza na perspectiva da indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino desde 1998 em diálogo com escolas públicas, associações de moradores e rede de proteção em um território periférico metropolitano de Porto Alegre. Nossa atuação extensionista, portanto, atua em diálogo constante com a pesquisa do grupo e se baseia na investigação e intervenção sobre o trabalho e os direitos do infantojuvenil, referenciados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, registrando indícios de violações de direitos, as distintas formas de exploração do trabalho em casa e na rua, assim como as opressões. Utilizamos o materialismo histórico-dialético como método de análise/intervenção na realidade social e um referencial teórico comum que nos permite construir e avançar sobre o objeto de estudo. Partindo de compreender as instituições públicas com a função de problematizar e produzir conhecimento sobre as mazelas sociais para auxiliar e intervir nas demandas e necessidades da classe trabalhadora e população de conjunto, trabalhamos durante a pandemia com a perspectiva de refletir teórica e politicamente sobre as condições de vida da comunidade em que trabalhamos. Para isso, mantivemos contato com o educador social da turma que trabalhamos em 2019 para refletir os impactos da pandemia no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e no cotidiano das crianças e adolescentes. Encontramos uma realidade ainda mais desigual, ampliada pela crise sanitária e econômica, ou seja, um aumento da violação de direitos tanto do infantojuvenil como dos/as professores/as, educadores/as e demais trabalhadores. Esse cenário, ao mesmo tempo que agrava as condições de vida das crianças e adolescentes, impõe ainda mais a urgência de refletir sobre a exploração do trabalho infantojuvenil e necessidade de dar um fim a todo tipo de exploração e opressão, para que crianças e adolescentes possam ter acesso ao trabalho em seu sentido educativo.